UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CAMPUS SOROCABA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM

CIÊNCIA DOS MATERIAIS

PPGCM

REGIMENTO INTERNO

SOROCABA

2014

REGIMENTO INTERNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DOS MATERIAIS - PPGCM

I - DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DOS MATERIAIS E SEUS OBJETIVOS

ART. 1º - A Pós-Graduação "Strictu-sensu" em Ciência dos Materiais, da Universidade Federal de São Carlos, correspondente ao 4º grau de ensino, tem por finalidade a formação superior de recursos humanos destinados à docência de nível superior, pesquisa e outras atividades desse campo do saber.

Parágrafo único - A Ciência dos Materiais é o campo do saber ligado à geração e aplicação do conhecimento que relaciona a composição, processamento e estrutura dos materiais com suas propriedades e usos.

ART. 2º - O Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais – PPGCM - compreende a formação de alunos de Mestrado exclusivamente conduzindo, dessa forma, ao título de Mestre.

Parágrafo único - O Mestrado visa possibilitar ao portador de diploma do terceiro grau condições de desenvolver estudos de natureza científica e tecnológica para o domínio dos instrumentos conceituais e metodológicos da área de Ciências dos Materiais. Visa, também, qualificação à docência de nível superior, à pesquisa e ao exercício profissional especializado.

ART. 3º - O Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais compreende duas áreas de concentração, a saber: Área 1 - Materiais Funcionais e Polímeros de Fontes Renováveis e Área 2 - Nanociência e Nanotecnologia de Materiais.

II - DA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA

ART. 4º - O Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais (PPGCM) será coordenado de maneira autônoma por sua Coordenação de Pós-Graduação (CPGCM).

ART. 5º - A CPGCM será constituída por 5 membros do corpo docente do PPGCM e por 1 (um) membro do corpo discente, sendo um dos professores, o Coordenador, responsável pelo Programa perante ao CoPG e outro, o Vice-Coordenador devendo ambos ser vinculados à UFSCar. Deverão ser indicados também os suplentes, sendo dois docentes e um discente.

§ 1º - O mandato do Coordenador e Vice-Coordenador, bem como dos representantes docentes e seus suplentes, é de 2 (dois) anos, permitida uma recondução de 02 (dois) anos. O mandato dos representantes discentes, e seus suplentes, é de um ano permitida uma recondução de igual período.

§ 2º - A indicação dos membros da CPGCM far-se-á através de eleição, em conformidade com regulamento interno próprio.

ART. 6º - São atribuições da CPGCM:

- a) Aprovar modificações no Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais;
- b) Determinar a quantidade e distribuição de créditos correspondentes ao Mestrado;
- c) Organizar e publicar o calendário do Programa;
- d) Organizar e publicar, ouvido seu corpo docente, a lista dos docentes qualificados para orientar os candidatos ao PPGCM;
- e) Organizar e publicar, semestralmente, o elenco das disciplinas de Pós-Graduação a serem ministradas, em tempo hábil para sua ampla distribuição e divulgação;
- f) Organizar e publicar, sempre que necessário, versões atualizadas do Catálogo e do Regimento Interno do PPGCM;
- g) Deliberar, em cada caso, sobre a contribuição de instituições e docentes não pertencentes ao Campus da UFSCar;
- h) Publicar os editais de Exame de Seleção de candidatos;
- i) Constituir comissão para realização do Exame de Seleção, e homologar o resultado final.
- j) Receber e julgar os pedidos de inscrição em disciplinas e nos cursos do Programa;
- k) Aprovar as designações e substituições de orientadores;
- l) Julgar os programas de estudo e de pesquisa dos candidatos;
- m) Tomar as providências para a realização dos exames de idiomas estrangeiros, de qualificação e das defesas de dissertação;
- n) Julgar as decisões das Comissões e Bancas Examinadoras;
- o) Promover, junto às autoridades universitárias, a expedição de diplomas e certificados;
- p) Exercer outras funções visando à adequada coordenação do Programa;
- q) Analisar e decidir sobre o desempenho dos alunos e professores do Programa;
- r) Deliberar sobre casos omissos neste Artigo.

ART. 7º - A CPGCM contará com uma Secretaria Administrativa.

Parágrafo único - Caberá a Secretaria Administrativa do PPGCM:

- a) Abrir inscrições e receber pedidos de inscrição de interessados em disciplinas e nos cursos do Programa;
- b) Organizar o cadastro e histórico escolar dos alunos do Programa, com base nos resultados das avaliações das disciplinas e outros assentamentos;
- c) Computar os créditos no final dos semestres, com base nas cadernetas das disciplinas;
- d) Organizar e divulgar amplamente o horário das disciplinas antes do início de cada período letivo;
- e) Informar os docentes e alunos do Programa sobre as decisões da CPGCM;
- f) Encaminhar processos para exame à CPGCM, ao CoPG, às Comissões, etc.;
- g) Providenciar a expedição de certificados, atestados e demais documentos;

- h) Assessorar na execução das demais atividades relacionadas ao Programa de Pós-Graduação em Ciência de Materiais.
- i) Coletar e digitar dados e informações no relatório CAPES (DATACAPES) e Plataforma Sucupira.

III - DO CORPO DOCENTE

ART. 8º - O corpo docente do PPGCM será constituído de docentes e pesquisadores portadores do título de Doutor, com experiência científica, cujas linhas de pesquisa se relacionem às áreas de concentração do Programa, sendo credenciados pela CPGCM e homologados pelo CoPG para a oferta de disciplinas e orientação de dissertações.

§ 1º - O corpo docente do PPGCM é constituído de três categorias docentes, a saber:

- a) Professor Permanente;
- b) Professor Colaborador;
- c) Professor Visitante, definido de acordo com as normas da CAPES.

§ 2º - Em caráter estritamente excepcional poder-se-á credenciar docentes com o título de Mestre para ministrar disciplinas e/ou orientar dissertações de mestrado, desde que seja um dos raros especialistas de sua área no Brasil.

§ 3º - A critério da CPGCM e a pedido do orientador, poderá ser admitida a co-orientação de dissertações, conforme o regulamentado no Regimento Geral da Pós-graduação da UFSCar.

ART. 9º - O credenciamento e a renovação de credenciamento de docentes junto ao Programa serão regidos por regulamento próprio, elaborado pela CPGCM.

ART. 10 - Os membros do corpo docente do Programa terão as seguintes atribuições:

- a) Ministrar disciplinas do Programa, bem como disciplinas de nivelamento e outras atividades didáticas de interesse do Programa;
- b) Orientar alunos regularmente matriculados no Programa, em suas dissertações, quando oficialmente designados para tal. Cada docente do Programa poderá orientar, simultaneamente, um número máximo de 8 (oito) alunos.
- c) Participar de Bancas Examinadoras do Programa;
- d) Participar de comissões, tais como a própria CPGCM, a de seleção, a de proficiência em idioma estrangeiro, a de Exame de Qualificação, e outras de interesse do Programa;
- e) Representar o Programa e participar de comissões ou comitês assessores externos;
- f) Prestar à Coordenação todas as informações necessárias à elaboração de relatórios, processos de credenciamento ou credenciamento de Cursos do Programa, pareceres, etc.;
- g) Outras atividades pertinentes ao Programa, prescritas pela CPGCM.

ART. 11 - Poderá ser credenciado junto ao Programa professor de outra Instituição de Ensino Superior, bem como pesquisador especialmente convidado pela sua experiência científica, conforme artigo 17 do Regimento Geral da UFSCar.

§ 1º - O número total de docentes externos à UFSCar, credenciados no Programa, não poderá ultrapassar 40% do total de seu corpo docente.

§ 2º - Poderão ser autorizados a ministrar disciplinas do Programa, na categoria de Docente Visitante, professores ou pesquisadores de outras Instituições, nacionais ou estrangeiras, convidados pelo Programa para tal fim. A autorização para ministrar disciplinas como Docente Visitante poderá ser feita por um período máximo de um ano.

IV - DO CORPO DISCENTE

ART. 12 - O corpo discente do PPGCM é constituído pelos alunos regularmente matriculados no curso de Mestrado, portadores de diploma universitário de curso superior.

Parágrafo único - Para o curso de Mestrado, o diploma de curso superior a que se refere este artigo deve ser registrado e reconhecido pelo Ministério da Educação ou, provisoriamente, de certificado ou documento equivalente. Se for apresentado certificado ou documento equivalente, a matrícula deverá ser homologada condicionada à apresentação do respectivo diploma registrado em prazo máximo de um ano, contado a partir da data de matrícula, caso contrário o aluno será desligado do Programa.

ART. 13 - É considerado aluno regularmente matriculado no PPGCM, com os direitos e deveres prescritos neste Regimento, aquele que tenha sido aprovado no processo de seleção e que tenha efetivado sua matrícula, ou rematrícula, no Programa.

§ 1º - Candidatos com vínculo comprovado em instituições de ensino, de pesquisa ou indústria, podem, a pedido, realizar o exame de admissão no processo seletivo de um determinado semestre e efetuar sua matrícula no semestre subsequente, caso sejam aprovados. Neste caso, todos os prazos regimentais a serem cumpridos pelo futuro aluno serão contados a partir da data de sua matrícula efetiva no Programa.

§ 2º - O processo de seleção gerará uma lista classificatória e eliminatória que determinará a admissão dos novos alunos, e também servirá para a outorga de bolsas institucionais que eventualmente o Programa venha disponibilizar.

ART. 14 - A critério da CPGCM é permitida a inscrição isolada, em disciplinas de alunos especiais portadores de diploma universitário de curso pleno de graduação ou de pós-graduação, visando atender prioritariamente a demanda de alunos regularmente matriculados em outros programas de pós-graduação ou ligados a programas de aperfeiçoamento de recursos humanos de empresas públicas e privadas.

§ 1º - Em caráter excepcional e a critério da CPGCM, poderá ser facultado ao aluno de graduação que tenha completado 80% dos créditos do currículo do curso, inscrever-se como aluno especial em disciplinas isoladas.

§ 2º - Os alunos especiais terão direito a uma declaração de aproveitamento e frequência da(s) disciplina(s) cursada(s), emitida pela CPGCM.

§ 3º - Os créditos obtidos como aluno especial poderão ser transferidos, após o ingresso em Curso do Programa como aluno regular, desde que se enquadrem nos limites previstos no Artigo 25 deste Regimento.

V - DA MATRÍCULA NO CURSO

ART. 15 - A matrícula de alunos regulares no PPGCM somente será realizada para aqueles portadores de diploma registrado de curso de graduação reconhecido pelo Ministério da Educação ou Certificado de conclusão deste (provisoriamente):

Parágrafo único - A admissão de alunos regulares do PPGCM será condicionada à possibilidade de oferecimento de disciplinas exigidas e à capacidade de orientação, comprovada mediante a existência de orientadores com disponibilidade para esse fim.

ART. 16 - Poderá ingressar como aluno regular do Programa aquele que tenha sido aprovado em Exame de Seleção, conforme normas complementares para o ingresso de alunos regulares, seleção e matrícula estabelecidas pela CPGCM.

Parágrafo único - Para a matrícula de candidatos estrangeiros que tenham bolsa do Programa de Estudantes Convênio de Pós-graduação – PEC/PG da CAPES ou de programas similares, a exigência do presente artigo poderá ser dispensada pela CPGCM, após análise de cada caso.

ART. 17 - A CPGCM fixará o número de vagas para o curso, para cada Edital de Inscrições, em função da capacidade de orientação do corpo docente credenciado no Programa, e também das condições de suporte à pesquisa e ao ensino de pós-graduação.

ART. 18 - A PPGCM poderá aceitar a matrícula de candidatos estrangeiros mediante acordos governamentais de intercâmbio técnico-científico, a critério da CPGCM.

ART. 19 - Todo aluno regular do PPGCM deverá, obrigatoriamente, efetuar ou renovar sua matrícula semestralmente, mediante parecer do orientador sobre a previsão de atividades no período compreendido pela matrícula.

VI - DO REGIME ACADÊMICO

ART. 20 - O regime de atividades discentes é o de tempo integral, com 40 horas semanais dedicadas ao estudo e pesquisa.

Parágrafo único - Alunos regularmente matriculados em curso do Programa, que não cumprirem o regime de tempo integral, devem apresentar justificativa circunstanciada à CPGCM.

ART. 21 - A integralização dos estudos necessários ao curso de Mestrado é expressa em unidades de crédito.

§ 1º - De acordo com o Regimento Geral dos Programas de Pós-Graduação da UFSCar, cada crédito corresponde a 15 (quinze) horas de atividades programadas, no semestre, compreendendo aulas, seminários, trabalhos de laboratório ou de campo e estudos individuais, previstas para as disciplinas, não existindo frações de crédito.

§ 2º - A conclusão do Mestrado, de caráter acadêmico ou profissional, exige a integralização de 100 (cem) créditos.

§ 3º - É permitido o trancamento da matrícula nas disciplinas do Programa até a data em que se completar 50% das aulas dadas, desde que o aluno já não tenha sido reprovado por falta na disciplina.

ART. 22 - Disciplinas de Pós-Graduação cursadas como aluno regular ou especial em qualquer curso de Pós-Graduação, após apreciação de equivalência pela CPGCM poderão ser reconhecidas até o limite de 40% do total de créditos exigidos para a integralização das disciplinas, desde que cursadas, no máximo, até dois anos antes da matrícula no curso.

Parágrafo único - Obedecer ao disposto no § 1º e § 2º do Artigo 25.

ART. 23 - As propostas de criação ou alteração de disciplinas devem ser apresentadas em formulário próprio à CPG, acompanhadas de justificativa e caracterizadas por código, nome, ementa detalhada, carga horária, número de créditos e corpo docente responsável por seu oferecimento.

§ 1º - As disciplinas que tenham o objetivo de atender aspectos particulares da área de concentração do curso serão oferecidas como “Tópicos” e caracterizadas a cada oferta.

§ 2º - São permitidas disciplinas ministradas em outros idiomas, segundo autorização da CPG e comunicação à ProPG.

ART. 24 - A CPGCM organizará e publicará, semestralmente, o elenco das disciplinas de Pós-Graduação a serem oferecidas, especificando os programas, os docentes responsáveis, o número total e discriminando a quantidade de horas de atividade e

respectivos créditos, o número de vagas em cada disciplina e o caráter da disciplina, se obrigatória ou optativa.

ART. 25 - O aproveitamento em cada disciplina será avaliado por meio de provas, exames, trabalhos e projetos, bem como pela participação e interesse demonstrado pelo aluno, e expressos em níveis, de acordo com a seguinte escala:

A - *Excelente*, com direito aos créditos da disciplina;

B - *Bom*, com direito aos créditos da disciplina;

C - *Regular*, com direito aos créditos da disciplina;

D - *Insuficiente*, sem direito aos créditos da disciplina;

E - *Reprovado*, sem direito aos créditos da disciplina;

I - *Incompleto*, atribuído ao aluno que deixar de completar, por motivo justificado, uma parcela do total de trabalhos, relatórios ou provas exigidos. O nível I será transformado nos níveis acima (A, B, C, D, E) no prazo máximo até 3 (três) meses após a conclusão da disciplina;

T - Transferência; refere-se às (a) disciplinas cursadas fora do Programa e aceitas para integralização dos créditos, dentro dos limites previstos no Artigo 22 deste Regimento. Após análise pela CPG, será mantida a avaliação obtida no curso externo e feita a correspondente equivalência dos créditos a ela conferidos.

§ 1º - As disciplinas de nivelamento não dão direito a créditos.

§ 2º - A frequência às aulas e seminários de cada disciplina é obrigatória, sendo reprovado o aluno que não apresentar 75% de frequência do total de aulas e seminários de cada disciplina.

§ 3º - Aos níveis mencionados neste Artigo serão atribuídos pesos para cálculo de rendimento médio, conforme a seguinte descrição:

A = 4

B = 3

C = 2

D = 1

E = 0

§ 4º - Quando à avaliação das disciplinas é valorada por notas numéricas, deve se utilizar a conversão a seguir para efetuar a classificação por conceitos:

Notas	Conceitos
8,0 – 10,0	A
6,0 – 7,9	B
4,0 – 5,9	C
2,0 – 3,9	D
0,0 – 1,9	E

ART. 26 - O aluno que alcançar nível D ou E em qualquer disciplina poderá cursá-la novamente, respeitando o Artigo 27 em seu item (c).

ART. 27 - Será desligado do Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais o aluno que incorrer em uma das seguintes hipóteses:

- a) Obter, no seu primeiro período letivo, rendimento médio inferior a 2,25 ou nos períodos letivos seguintes rendimento acumulado médio menor que 2,5 (dois e meio);
- b) Obter nível D ou E, duas vezes em uma mesma disciplina;
- c) Não concluir em 2 (dois) anos, os 35 (trinta e cinco) créditos em disciplinas, necessários à integralização do curso de mestrado nos prazos contados da data da matrícula inicial no Programa;
- d) Ultrapassar os prazos máximos permitidos para realização do Exame de Qualificação ou para defesa de Dissertação, estabelecidos nos Artigos 28 e 29, respectivamente;
- e) For reprovado duas vezes no Exame de Qualificação;
- f) For reprovado na Defesa de Dissertação;
- g) Desistir do curso, pelo não cumprimento da matrícula semestral, prevista no Artigo 20, do Regimento Geral dos Programas de Pós-Graduação da UFSCar.

§ 1º - O rendimento médio a que se refere o item (a) será a Média Ponderada (*MP*) dos valores N_i , atribuídos aos níveis A, B, C, D e E, conforme § 3º do Artigo 25, das disciplinas concluídas do curso, tomando-se por pesos respectivos, os números de créditos, n_i , daquelas disciplinas. A *MP* será então calculada com a seguinte expressão:

$$MP = \frac{\sum_{i=1}^d n_i N_i}{\sum_{i=1}^d n_i}$$

onde d é o número de disciplinas já concluídas no curso.

§ 2º - No caso do primeiro semestre, o aluno obrigatoriamente solicitará inclusão em seu histórico escolar, nesse semestre, de todas as disciplinas válidas cursadas como aluno especial no PPGCM ou em qualquer outro Programa de Pós-Graduação. Portanto, o valor de " d " constante do § 1º deste Artigo levará isso em consideração.

§ 3º - Aos alunos que não tenham usufruído de bolsa de estudo para realizar o curso, poderá, a critério da CPGCM, ser concedido o prazo de mais um semestre para a integralização dos créditos em disciplinas, permanecendo inalterados os prazos estabelecidos no item (d) deste Artigo.

ART. 28 – O programa providenciará a realização do Exame de Qualificação que constará de defesa pública dos resultados obtidos até o momento do Projeto de Dissertação.

§ 1º - É condição para a realização do Exame de Qualificação a elaboração de uma Monografia.

- § 2º - O Exame de Qualificação deverá ocorrer, no máximo, até 18 (dezoito) meses após o primeiro dia letivo do semestre de sua matrícula no Programa.
- § 3º - Não é permitida prorrogação do prazo estabelecido no § 2º deste Artigo.
- §4º - As normas operacionais, referentes à elaboração da Monografia, aos procedimentos de avaliação, prazos para entrega de material e constituição da banca examinadora, são estabelecidas mais detalhadamente em publicação separada do PPGCM, contendo as normas e regulamentos do Programa.
- § 5º - Na avaliação do Exame de Qualificação, será emitido, pela comissão, o conceito “aprovado” ou “reprovado”.
- § 6º - Em caso de reprovação, será permitido ao aluno uma única repetição do Exame de Qualificação em até 3 (três) meses após o primeiro exame.
- § 7º - Qualquer mudança do tema de dissertação daquele apresentado na matrícula deverá ser formal e, antecipadamente, submetida à aprovação da CPGCM.

VII – DA DISSERTAÇÃO

ART. 29 – O prazo máximo para o Exame Público de Dissertação de Mestrado é de 2 (dois) anos, a contar da data da matrícula. A Dissertação só poderá ser defendida após aprovação em todos os créditos em disciplinas e de obtida a aprovação nos Exames de Proficiência em Língua Estrangeira e de Qualificação, realizados de acordo com normas estabelecidas pela CPGCM.

- §1º - Dependendo da aprovação da CPGCM, é permitida a prorrogação do prazo máximo que trata este artigo por um semestre, prorrogável por mais um. Para a análise da solicitação de prorrogação pela CPGCM, o aluno deverá encaminhar, com o "de acordo" do orientador, num prazo máximo de 90 dias e mínimo de 60 dias antes da data limite para o Exame Público, justificativa circunstanciada, relatório das atividades já realizadas e cronograma detalhado das atividades a serem realizados no período de prorrogação.
- § 2º - Dependendo da aprovação da CPGCM, é permitido o trancamento de matrícula por um semestre, prorrogável por mais um, devido a motivo de força maior, justificado circunstanciadamente perante à CPGCM e com o "de acordo" do orientador.
- § 3º - Os prazos máximos poderão ser prolongados à critério da CPGCM, após o trancamento previsto no parágrafo anterior desse artigo, por período menor ou igual ao do trancamento, mediante solicitação do orientador, respeitando-se o prazo descrito no § 1º desse artigo.
- § 4º - Aos alunos que, para realizar o Curso, não tenham usufruído de bolsa por período superior a seis meses, poderá ser concedido o prazo de mais um semestre para a defesa da Dissertação.

ART. 30 - A dissertação será julgada por Banca Examinadora composta de no mínimo três membros efetivos e dois suplentes, todos portadores do título de Doutor, sendo, no mínimo, um dos membros efetivos e um suplente, não pertencentes à UFSCar e ao PPGCM, sendo que os membros da banca deverão ser indicados pela CPGCM.

§ 1º - Ao orientador, membro nato, caberá a presidência da Banca.

§ 2º - É vetada a participação de co-orientador como membro da Banca, exceto na ausência do orientador.

§ 3º - Ao final da sessão pública de avaliação, cada membro da Banca expressará o seu julgamento como "Aprovado" ou "Reprovado". Será considerado aprovado o candidato que for aprovado pela maioria dos membros da Banca.

§ 4º - Será facultado a cada membro da Banca emitir parecer e sugestões sobre reformulação do texto da dissertação.

§ 5º - Deverá ser preparado um relatório final sobre o decorrer e o resultado do julgamento, com os pareceres dos membros da Banca.

ART. 31 - O candidato que tenha satisfeito todas as exigências deste Regimento Interno para a obtenção do grau de Mestre e as exigências do Regimento Geral dos Programas de Pós-Graduação da UFSCar, fará jus ao respectivo diploma de MESTRE EM CIÊNCIA DOS MATERIAIS, qualificado pela área de concentração correspondente.

Parágrafo único - Excepcionalmente, se o conteúdo do trabalho envolver conhecimento passível de ser protegido por direitos de propriedade industrial, conforme atestado pelo órgão da UFSCar responsável pela gestão de propriedade intelectual, o CoPG autorizará defesa fechada ao público, mediante solicitação do orientador e candidato, aprovada pela CPGCM e acompanhada de termos (com cláusula de confidencialidade e sigilo) devidamente assinados por todos os membros da Banca. A solicitação de defesa fechada deverá ser feita pelo orientador por meio de ofício à CPGCM, onde esteja a justificativa detalhada para a solicitação. A CPGCM deverá apreciar a solicitação, sendo recomendado o parecer de membros externos quando a CPGCM julgar necessário.

VIII – DO TÍTULO DE MESTRE

ART. 32 - São requisitos para obtenção do título de MESTRE EM CIÊNCIA DOS MATERIAIS:

- a) Completar os 35 (TRINTA E CINCO) créditos em disciplinas do curso, sendo 20 (vinte) créditos em disciplinas obrigatórias, 10 (dez) créditos em disciplinas específicas da área de concentração e 5 (cinco) créditos em disciplinas optativas;

- b) Completar 65 (sessenta e cinco) créditos correspondentes à homologação de dissertação de mestrado pela CPGCM;
- c) Ser aprovado em Exame de Qualificação, regulamentado e normalizado pela CPGCM, a ser realizado até 18 meses da data de ingresso, perante Comissão Examinadora composta de três docentes do PPGCM, designada pela CPGCM, incluindo o orientador;
- d) Ser aprovado no Exame de Proficiência em Língua Estrangeira, prescrito pela CPGCM. Se o candidato for estrangeiro, sua proficiência no idioma Português será avaliada quando da elaboração do Projeto de Dissertação;
- e) Ser aprovado em Exame Público de Dissertação, após o qual o candidato deverá apresentar o original da versão definitiva de acordo com o modelo aprovado pela CPGCM, para ser homologado pela mesma, no prazo máximo de até 2 (dois) meses após a data do Exame;

§ 1º - Os documentos necessários à solicitação de Defesa de Dissertação deverão ser entregues à secretaria da CPG no prazo máximo de 20 dias antes da data prevista para a realização da Defesa.

§ 2º - Recomenda-se fortemente a submissão de um artigo antes da Defesa da Dissertação.

IX - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ART. 33 - Este Regimento Interno está subordinado ao Regimento Geral dos Programas de Pós-Graduação da UFSCar.

ART. 34 - A CPGCM deverá baixar Normas e Regulamentos para estabelecer critérios gerais e específicos sobre assuntos não contemplados neste Regimento Interno, tais como: elaboração das dissertações, credenciamento e renovação de credenciamento de docentes, apresentação de planos de trabalho, Exames de Qualificação, exames de seleção para ingresso no Programa e outros assuntos.

ART. 35 - Os casos omissos e aqueles não previstos neste Regimento Interno serão julgados pelo Conselho de Pós-Graduação da UFSCar.

ART. 36 - Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Pós-Graduação da UFSCar (CoPG).